

Tropicália  
Transmissora de  
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

## Aos Administradores e Diretores da Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Tropicália Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Tropicália Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

A Tropicália Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2019.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Tropicália Transmissora de Energia S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel  
Contador CRC RJ- 087339/O-4

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017		Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		132	203	Fornecedores	11	13.638	25
Títulos e Valores Mobiliários	7	22.522	81	Tributos		265	39
Despesas pagas antecipadamente		414	408	Outros passivos circulantes		<u>542</u>	<u>374</u>
Tributos compensáveis		98	126			<u>14.445</u>	<u>438</u>
Outros ativos circulantes		<u>34</u>	<u>4</u>				
		<u>23.200</u>	<u>822</u>				
Não circulante				Patrimônio líquido	12		
Despesas pagas antecipadamente		1.157	1.565	Capital social		10.101	10.101
Tributos diferidos	8	1.232	-	Reserva de Capital		85.900	13.335
Outros ativos não circulantes		45	109	Prejuízo Acumulados		<u>(2.609)</u>	<u>(2.442)</u>
Imobilizado	9	76.876	18.566			<u>93.392</u>	<u>20.994</u>
Intangível	10	5.327	370				
		<u>84.637</u>	<u>20.610</u>				
Total do ativo		<u><u>107.837</u></u>	<u><u>21.432</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>107.837</u></u>	<u><u>21.432</u></u>

Notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Operações Continuadas</b>			
Receitas líquidas		-	-
Custo sobre serviços prestados		<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas	13	<u>(2.022)</u>	<u>(1.026)</u>
<b>Resultado operacional</b>		<u>(2.022)</u>	<u>(1.026)</u>
Resultado financeiro	14	627	(1.151)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>(1.395)</u>	<u>(2.177)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		<u>415</u>	<u>-</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><u>(980)</u></u>	<u><u>(2.177)</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# **Tropicália Transmissora de Energia S.A.**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Resultado do exercício	(980)	(2.177)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(980)</u></u>	<u><u>(2.177)</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>101</b>	<b>900</b>	<b>-</b>	<b>(265)</b>	<b>736</b>
Integralização do capital social	10.000	-	-	-	10.000
Reserva de capital social	-	90.000	(77.565)	-	12.435
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.177)	(2.177)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>10.101</b>	<b>90.900</b>	<b>(77.565)</b>	<b>(2.442)</b>	<b>20.994</b>
Integralização do capital social	-	-	-	-	-
Subscrição de capital em reservas	-	-	72.565	-	72.565
Prejuízo do exercício	-	-	-	(980)	(980)
Ajuste de anos anteriores	-	-	-	813	813
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>10.101</b>	<b>90.900</b>	<b>(5.000)</b>	<b>(2.609)</b>	<b>93.392</b>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	(980)	(2.177)
<b>Ajuste</b>		
Depreciação	40	143
Juros sobre Debentures	-	1.412
Rendimento de aplicação financeira	(1.037)	(541)
	<b>(1.977)</b>	<b>(1.163)</b>
<b>Redução (aumento) de Ativos</b>		
Despesas pagas antecipadamente	(402)	(1.973)
Tributos e contribuições compensáveis	(28)	(126)
Tributos diferidos	1.232	-
Outros ativos circulantes	(34)	(114)
<b>Aumento (resução) de Passivos</b>		
Fornecedores	13.613	25
Tributos e Contribuição Social	226	38
Outros passivos	86	374
<b>Caixa gerado pela atividades operacionais</b>	<b>12.716</b>	<b>(2.939)</b>
Encargos de dívidas pagos	-	(1.412)
	<b>12.716</b>	<b>(4.351)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(58.303)	(18.553)
Aquisições de bens do ativo intangível	(4.965)	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(100.134)	(78.710)
Resgate em títulos e valores mobiliários	78.050	79.379
	<b>(85.352)</b>	<b>(17.884)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Emissão de debentures	-	21.223
Amortização de debentures	-	(21.223)
Integralização do Capital Social	72.565	22.435
	<b>72.565</b>	<b>22.435</b>
<b>Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(71)</b>	<b>200</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>203</b>	<b>3</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>132</b>	<b>203</b>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Informações gerais**

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047. A data regulatória para entrada em operação comercial do empreendimento é até fevereiro de 2022, entretanto o Contrato de Concessão prevê na cláusula quinta, oitava subcláusula, que a data de necessidade para o sistema é janeiro de 2017. Sendo assim, a entrada em operação comercial do empreendimento pode ocorrer a qualquer momento após essa data. A Companhia em seu plano de negócios assumiu a data de agosto de 2020 para entrada em operação do empreendimento, tendo isso refletido nos contratos EPC necessários a sua construção.

Para a construção do empreendimento estima-se um investimento da ordem de R\$ 440 milhões nos próximos 4 anos.

Em 21 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 146, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

Por meio da portaria nº 310 de 23 de outubro de 2017, do Ministério de Minas e Energia (MME), a Companhia teve seu Projeto de Energia Elétrica enquadrado como prioritário, o que reforça a sua importância para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Estado da Bahia concedeu por meio da Resolução nº 16/2018, o PROBAHIA - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, o benefício consiste em redução de 40% (quarenta por cento) do ICMS nas entradas decorrentes de aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, publicada em DOU em 19 de junho de 2018.

Em 27 de setembro de 2018, foi aprovado pelo MME, através da Portaria 214, o enquadramento da Companhia como projeto prioritário para o Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU).

Em 17 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União, o Ato Declaratório Executivo nº 205, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), para Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU), que poderá ser usufruído por 5 anos da data da habilitação.

Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, já tendo todas as Licenças Ambientais necessárias a implantação do Projeto.

Todos os contratos necessários a sua implantação já foram assinados com os fornecedores, e foram constituídos na modalidade “Turn-Key”, garantindo uma maior previsibilidade e controle dos custos totais de implantação.

Para o desenvolvimento do projeto, foi firmado o contrato de Construção da Linha de Transmissão com a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda., o contrato de fornecimento de cabos com a Alubar Metais e Cabos S.A. e o contrato de Construção das entradas de linha nas Subestações com a Siemens Ltda. Tais contratos definem como sendo de responsabilidade integral das contratadas todo o processo de engenharia, compra de equipamentos/materiais e construção do empreendimento. Os contratos contam com as garantias usualmente utilizadas neste tipo de contrato para assegurar que o empreendimento seja concluído no prazo e custo acordados.

Para atuar na área fundiária, foi contratada a Empresa de Cadastramento Avaliações e Regularizações Imobiliárias Ltda. - Ecari e para as atividades de meio ambiente foi contratada a Dossel Ambiental Ltda.

Para auxiliar na gestão do projeto, a Laureano & Meirelles Engenharia Ltda. - LM Engenharia, foi contratada para exercer as atividades de Engenharia do Proprietário.

A Companhia já possui os Contratos de Compartilhamento de Instalação (CCIs) necessários: Para a SE SAPEAÇU, foi assinado em 30/05/17 contrato com TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A, e SE POÇÕES foi assinado CCI com EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A em 31/10/18.

A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 21 de Agosto de 2018, através da Resolução n 7252, autoriza a Tropicália, a implantar Reforços em instalação de transmissão em SAPEAÇU, sob sua responsabilidade e estabelece R\$ 1,3 milhões (base jul/17) como Receita Anual Permitida, que será reajustada anualmente pelo IPCA.

## **2 Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

## **3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

## **4 Principais Práticas Contábeis Regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa 2, nas páginas 13 a 19, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### **4.1 Imobilizado**

#### **4.1.1 Imobilizado em Serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão.

O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

#### **4.1.2 Imobilizado em curso**

A Concessionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, transferindo para o Imobilizado em Serviço de acordo com Resolução vigente da ANEEL.

### **4.2 Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

#### **4.3 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

### **5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **a. Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros**

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o período findo em 31 de dezembro de 2018 não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

### **6 Gestão de risco financeiro**

#### **6.1 Fatores de risco financeiro**

##### **a. Risco de crédito**

A Companhia não possui saldos a receber contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

**b. Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

**c. Valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

*(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores*

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

*(ii) Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia possui um instrumentos de operação de termos de moedas, que serão reconhecidos no momento de suas liquidações.

**(1)** NDF 16L00207079 - USD 2,9 milhões - Vencimento: 01/03/19 - Tx 4,081000

**6.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

**6.3 Instrumentos financeiros por categoria**

31/12/2018			
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equivalentes de caixa	132		132
Títulos e valores mobiliários		22.522	22.522
	132	22.522	22.654
		22.522	22.654
Passivos, conforme balanço patrimonial	Outros passivos financeiros		Total
Fornecedores		13.638	13.638
		13.638	13.638
		13.638	13.638

31/12/2017			
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>	<b>Recebíveis</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa	203		203
Títulos e valores mobiliários		81	81
	203	81	284
		<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos, conforme balanço patrimonial</b>			
Fornecedores		25	25
		25	25

### 6.3 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1, os fornecedores são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

#### *Hierarquia do valor justo*

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### 6.4 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2018.

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Títulos e valores mobiliários	22.522	4,82% 1.086	6,42% 1.446	8,03% 1.809

## **7 Títulos e valores mobiliários**

<b>Circulante</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Certificados de depósitos bancários	<u>22.522</u>	<u>81</u>
	<u>22.522</u>	<u>81</u>

- (a) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## **8 Tributos Diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação de prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

## 9 Imobilizado

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Reavaliação	Valor Bruto 31/12/2018	Adições Líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2017
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>										
<b>Administração</b>										
Edificações, obras civis e benfeitorias	268	8	-	-	-	276	8	(172)	104	129
Móveis e utensílios	42	39	-	-	-	81	39	(9)	72	39
<b>Subtotal</b>	<b>310</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>357</b>	<b>47</b>	<b>(181)</b>	<b>176</b>	<b>168</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>										
<b>Transmissão</b>										
Máquinas e equipamentos	7.974	10.090	-	-	-	18.064	10.090	-	18.064	7.974
Outros	10.424	48.203	-	-	-	58.627	48.203	-	58.627	10.424
<b>Administração</b>										
Outros	-	9	-	-	-	9	9	-	9	-
<b>Subtotal</b>	<b>18.398</b>	<b>58.302</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>76.701</b>	<b>58.302</b>	<b>-</b>	<b>76.701</b>	<b>18.398</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>18.708</b>	<b>58.349</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77.058</b>	<b>58.349</b>	<b>(181)</b>	<b>76.876</b>	<b>18.566</b>

	Taxas anuais médias de depreciação %	2018		2017	
		Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>					
Administração					
Custo Histórico	21,11%	357	(181)	176	168
		357	(181)	176	168
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		76.692	-	76.692	18.398
Administração		9	-	9	-
		76.701	-	76.701	18.398
		77.058	(181)	76.876	18.566

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamentos	Serviço de Terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
<b>Em Curso</b>					
Máquinas e equipamentos	11.287	17.501	-	-	28.787
A ratear	-	24.263	1.290	-	25.554
Compras em andamentos	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	3.627	-	-	3.627
Outros	141	-	-	193	334
Total do imobilizado em curso	11.428	45.391	1.290	193	58.302

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 10 Intangível

<b>Ativo Intangível - R\$ Mil</b>	<b>Valor Bruto 31/12/2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Valor Bruto 31/12/2018</b>	<b>Adições Líquidas</b>	<b>Amortização Acumulada</b>	<b>Valor líquido 31/12/2018</b>	<b>Valor líquido 31/12/2017</b>
<b>Em serviço</b>							
<b>Administração</b>							
Softwares	8	-	8	-	(3)	5	7
Subtotal	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>5</b>	<b>7</b>
<b>Ativo Intangível em curso</b>							
<b>Transmissão</b>							
Serviços	363	4.896	5.259	4.896	-	5.259	363
Softwares	-	60	60	60	-	60	-
Subtotal	<b>363</b>	<b>4.956</b>	<b>5.319</b>	<b>4.956</b>	<b>-</b>	<b>5.319</b>	<b>363</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>371</b>	<b>4.956</b>	<b>5.327</b>	<b>4.956</b>	<b>-</b>	<b>5.324</b>	<b>370</b>

Refere-se as servidões negociadas para a instalação da linha de transmissão

		2018		2017	
Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Administração</b>					
Softwares	20%	8	(3)	5	7
		<b>8</b>	<b>(3)</b>	<b>5</b>	<b>7</b>
<b>Em Curso - R\$ Mil</b>					
<b>Administração</b>					
Serviços		5.259	-	5.259	363
Software		60	-	60	-
		<b>5.319</b>	<b>-</b>	<b>5.319</b>	<b>363</b>
		<b>5.327</b>	<b>(3)</b>	<b>5.324</b>	<b>370</b>

## 11 Fornecedores

	2018	2017
Alubar Metais e Cabos S/A	10.090	-
LMeng Consultoria Projetos Engenharia Ltda	335	-
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	2.953	-
Outros	260	25
	<b>13.638</b>	<b>25</b>

## 12 Patrimônio Líquido

### a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 10.101 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em milhares							
	Ordinárias		Preferenciais				Total	
		%	A	%	B	%		%
Tropicalia Fundo de Investimento em Participações	46.150.993	45,69	-	-	46.150.993	45,69	46.150.993	45,69
Fundo de Invest em Participações Development fund Warehouse	28.197.758	27,92	-	-	28.197.758	27,92	28.197.758	27,92
BTG Pactual Energia 3 Fundo de Investimento em Participações	16.593.575	16,43	-	-	16.593.575	16,43	16.593.575	16,43
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	10.058.174	9,96	-	-	10.058.174	9,96	10.058.174	9,96
	<u>101.000.500</u>	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.000.500</u>	<u>100</u>	<u>101.000.500</u>	<u>100</u>

A reserva de capital está totalmente subscrita no valor de R\$ 90.900, no exercício de 2018 foi realizado o montante de R\$ 72.565 (R\$ 13.335 até 2017) , permanece a realizar R\$ 5.000, que será realizado até 31 de dezembro de 2020.

Em 7 de fevereiro de 2018, foi publicado, no Diário Oficial da União, o Despacho da SFF de n.º 309/2018, que anuiu com a operação de inclusão do BTG Pactual Energia 3 Fundo De Investimento Em Participações - Infraestrutura como novo acionista no controle societário direto da Tropicália, o que foi formalizado na mesma data.

#### **b. Destinação do resultado**

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

A Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 980 no exercício de 2018, não gerando resultados a serem distribuídos.

#### **c. Ajustes de anos anteriores**

No exercício de 2018, foi realizado um estudo no qual vislumbra a compensação do Prejuízo Fiscal e Base Negativa, possibilitando assim a constituição dos mesmos referente a exercícios anteriores, segue abaixo o demonstrativo:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Prejuízo Fiscal</b>	532	66
<b>Base Negativa</b>	<u>191</u>	<u>24</u>
	723	90

### **13 Despesas gerais e administrativas**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Pessoal	(498)	(180)
Administradores	(401)	(123)
Material	(31)	(21)
Serviços de terceiros	(903)	(452)
Depreciação	(40)	(142)
Aluguéis	(122)	(96)
Impostos e taxas	<u>(27)</u>	<u>(12)</u>
	<u>(2.022)</u>	<u>(1.026)</u>

## 14 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros Debentures	-	(1.412)
Tarifas bancárias	(368)	(255)
	<u>(368)</u>	<u>(1.667)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações	<u>995</u>	<u>516</u>
	<u>995</u>	<u>516</u>
	<u><u>627</u></u>	<u><u>(1.151)</u></u>

## 15 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia teve no exercício de 2018 prejuízo líquido de R\$ 980, não gerando base de cálculo para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar.

## 16 Meio Ambiente

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto. Conforme destacadas abaixo:

- a Licença Prévia (LP) foi emitida pelo IBAMA no dia 5 de Dezembro de 2017;
- a Licença de Instalação (LI) foi emitida pelo IBAMA no dia 21 de Junho de 2018.

## 17 Seguros

Os Seguros relacionados a obra estão dentro dos contratos dos construtores. (conforme relacionados abaixo:

- Seguro Garantia nº 066532017000107750002923 - Endosso 0000000, contratado pela Tropicália Transmissora de Energia S.A. junto à Pan Seguros S.A. tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurada, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2017 até 6 de novembro de 2022;
- Seguro Garantia nº 03-0776-0160860, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à J. Malucelli Seguradora S.A., na modalidade “Executante Construtor”, tendo a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como segurada, com vigência a partir de 1º de julho de 2018 até 15 de junho de 2020;
- Seguro Garantia nº 03-0776-0161175, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à J. Malucelli Seguradora S.A., na modalidade “Adiantamento de Pagamento”, tendo a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como segurada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2017 até 15 de junho de 2020;

- Seguro de Riscos de Engenharia nº 02852.2018.0031.0167.0001826 - Endosso 00002, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à AXA Seguros S.A., tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como cossegurada, com vigência a partir de 1º de julho de 2018 até 15 de junho de 2022;
- Seguro de Responsabilidade Civil Geral nº 02852.2018.0031.0351.0002986 - Endosso 00002, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à AXA Seguros S.A., tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como cossegurada, com vigência a partir de 1º de julho de 2018 até 15 de junho de 2020; e
- Seguro Garantia nº 014142018000107760018612 - Endosso 0000000, contratado pela Alubar Metais e Cabos S.A. junto à Berkley International do Brasil Seguros S.A., na modalidade “Executante Fornecedor”, tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como beneficiária, com vigência a partir de 31 de agosto de 2018 até 30 de dezembro de 2019.

Será enviado a Companhia, cópia de todas as apólices dos Seguros, para cumprimento da condição suspensiva à data de início das obras.

(a) Seguro Garantia da ANEEL:

De acordo com o Edital do Leilão 013/2015 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

*“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 270 (duzentos e setenta) dias após a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO”.*

## 18 Honorário dos Administradores

O total pago, no exercício de 2018, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 860.

## 19 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

**I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável**

São constituídas provisões.

**II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível**

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

**III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto**

Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável ou passivos contingentes a serem divulgados, de acordo com seus advogados externos.

## **20 Eventos Subsequentes**

- (a) Em 11 de janeiro de 2019, através de Ata da Assembléia Geral Extraordinária, aumentando o capital social em R\$ 85.900 (oitenta e cinco milhões, novecentos mil reais), mediante a capitalização de reserva de capital da Companhia, sem a emissão de novas ações. Assim, o capital social integralizado da Companhia passará para R\$ 96.000 (noventa e seis milhões de reais).

Mediante a isso o capital social, será distribuído dessa forma:

	<b>Capital Social</b>	<b>Participação %</b>
Tropicália Fundo de Investimento em Participações	43.866	45,69
Fundo de Investimento em Participações Development fund Warehouse	26.802	27,92
BTG Pactual Energia 3 Fundo de Investimento em Participações	15.772	16,43
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	9.560	9,96
	<u>96.000</u>	<u>100</u>

- (b) Assinatura dos instrumentos que viabilizarão a emissão das Cartas de Fiança, no valor de R\$ 379.100 mil que serão dadas em garantia ao Contrato de Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), e as Debêntures de Infraestrutura a serem emitidas, sendo eles: Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças, Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças e Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, Direitos Creditórios e Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças. Todos firmados em 11/02/2019, entre a Tropicália, seus acionistas e os Bancos Santander (Brasil) S.A e Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
- (c) Em 14 de fevereiro de 2019, foram emitidas Cartas de Fiança no valor total de R\$ 70.000 mil, pelos Bancos fiadores, mencionados acima.

## 21 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		132	-	132	203	-	203
Títulos e Valores Mobiliários		22.522	-	22.522	81	-	81
Despesas antecipadas		414	-	414	408	-	408
Imposto de renda retido na fonte		98	-	98	126	-	126
Outros ativos		34	-	34	4	-	4
		<u>23.200</u>	<u>-</u>	<u>23.200</u>	<u>822</u>	<u>-</u>	<u>822</u>
<b>Não circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Ativo Financeiro Indenizado	19.1	-	-	-	-	(18.760)	18.760
Concessão so serviço público (ativo contratual)		-	(142.686)	142.686	-	-	-
Despesas antecipadas		1.157	-	1.157	1.565	-	1.565
Tributos diferidos		1.232	1.232	-	-	-	-
Outros ativos		45	-	45	110	-	110
Imobilizado		76.876	76.625	251	18.565	18.389	175
Intangível		5.327	5.327	-	370	370	-
		<u>84.637</u>	<u>-</u>	<u>144.139</u>	<u>20.610</u>	<u>-</u>	<u>20.611</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>107.837</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>167.339</u></u>	<u><u>21.432</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>21.432</u></u>

Nota	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
Circulante						
Fornecedores	13.638	-	13.638	25	-	25
Impostos e contribuições a recolher	265	-	265	39	-	39
Outros passivos	542	2	540	374	-	374
Dividendos propostos	-	-	7.141	-	-	-
	<u>14.445</u>	<u>-</u>	<u>21.584</u>	<u>438</u>	<u>-</u>	<u>438</u>
Não circulante						
Tributos Diferidos	-	(19.417)	19.417	-	-	-
Patrimônio líquido						
Capital social	10.101	-	10.101	10.101	-	10.101
Reserva de Capital	85.900	-	85.900	13.335	-	13.335
Prejuízo Acumulados	(2.609)	(2.609)	-	(2.442)	-	(2.442)
Reserva Legal	-	(1.503)	1.503	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	(28.834)	28.834	20.994	-	20.994
	<u>93.392</u>	<u>-</u>	<u>126.338</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>107.837</u>	<u>-</u>	<u>167.339</u>	<u>21.432</u>	<u>-</u>	<u>21.432</u>

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações Continuadas</b>						
Receitas líquidas	-	(110.229)	110.229	-	(18.234)	18.234
Custo sobre serviços prestados	-	63.192	(63.192)	-	18.234	(18.234)
<b>Lucro bruto</b>	-	(47.037)	47.037	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(2.022)	(0)	(2.022)	(1.026)	-	(1.026)
<b>Resultado operacional</b>	(2.022)	(47.037)	45.015	(1.026)	-	(1.026)
Resultado financeiro	627	(0)	627	(1.151)	-	(1.151)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	(1.395)	(47.037)	45.642	(2.177)	-	(2.177)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	415	15.992	(15.577)	-	-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>	(980)	-	30.065	(2.177)	-	(2.177)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

**a. Contrato de concessão de serviços públicos - Ativo contratual**

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a TROPICÁLIA regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

\* \* \*

Rosane Cristina Marques de Souza  
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara  
Contadora  
CRC 116761/O-0